

O CUSTO OCULTO DO JORNALISMO BRASILEIRO: PRECARIEDADE E VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES NA PROFISSÃO

Janara Nicoletti

Medienwissenschaft, Philosophische Fakultät, Universität Siegen, Siegen, Alemanha
Concetalização, curadoria dos dados, análise formal, investigação, metodologia,
redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Andressa Kikuti-Dancosky

Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil
Concetalização, redação do rascunho original, redação – revisão e edição

Jacques Mick

Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil
Concetalização, aquisição de financiamento, investigação, supervisão, redação – revisão e edição

RESUMO

As crises e transformações do jornalismo na última década afetaram, de diversas formas, o trabalho dos jornalistas, em geral, e das mulheres, em particular. Neste artigo, observamos que dimensões da precarização e riscos ligados ao trabalho sobrecarregam mais sobre as jornalistas brasileiras e como isso afeta a sua saúde física e mental. A investigação é feita a partir da comparação entre homens e mulheres, observando as condições de trabalho, a saúde e quais as violências sofridas por conta da atividade laboral. Fazemos isso com base na análise dos dados da pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro* (Lima et al., 2022), um estudo demográfico que ouviu 3.100 pessoas entre agosto e outubro de 2021. O principal resultado demonstra que o cenário é negativo para ambos os gêneros, mas com as mulheres a sofrerem com particular intensidade os efeitos da crise do setor em todos os âmbitos, o que pode impulsionar o processo de desfeminização ou diminuição do número de mulheres jornalistas, verificado na última década no país. Observou-se que as mulheres estão mais vulneráveis a problemas de saúde relacionados com o trabalho e a violências decorrentes do relacionamento interpessoal entre colegas e chefias, as quais podem ser mascaradas pelas rotinas e práticas profissionais; enquanto os jornalistas acabam mais expostos a agressores externos.

PALAVRAS-CHAVE

mulheres jornalistas, precarização do trabalho, jornalismo e gênero,
crise do jornalismo, *Perfil do Jornalista Brasileiro*

THE HIDDEN COSTS OF BRAZILIAN JOURNALISM: PRECARI- TY AND VIOLENCE AGAINST WOMEN JOURNALISTS

ABSTRACT

The crises and transformations affecting journalism over the past decade have shaped journalists' work in multiple ways — both generally and with specific consequences for women. This article examines how dimensions of labour casualisation and work-related risks disproportionately

burden Brazilian women journalists and how this affects their physical and mental health. The analysis is based on a comparison between men and women, assessing working conditions, health outcomes, and the forms of violence experienced as a result of professional activity. The study draws on data from *Perfil do Jornalista Brasileiro* (Profile of the Brazilian Journalist; Lima et al., 2022), a demographic survey conducted with 3,100 respondents between August and October 2021. The principal finding indicates that the scenario is challenging for both genders, with women experiencing the effects of the sector's crisis with particular intensity across all dimensions. This may contribute to the process of defeminisation of Brazilian journalism — or the reduction in the number of women in the profession — over the past decade. Women were found to be more vulnerable to work-related health problems and to forms of violence arising from interpersonal relationships with colleagues and managers, which professional routines and practices may obscure. In contrast, male journalists are more likely to be exposed to external aggressors.

KEYWORDS

women journalists, labour casualisation, journalism and gender, crisis in journalism, *Perfil do Jornalista Brasileiro*

1. INTRODUÇÃO

Com cerca de 212,5 milhões de habitantes, o Brasil é um país caracterizado por sua diversidade cultural, étnica, ambiental e social. Apesar disso, seu jornalismo falha em reproduzir tais características, tanto em sua composição organizacional quanto nas coberturas que realiza. Apenas uma parcela da população — branca, masculina e de classe média/alta — é representada pelo discurso da mídia hegemônica, dominada por grandes conglomerados familiares e patriarcais (O. Bandeira et al., 2023). Da mesma forma, a diversidade que conforma a sociedade brasileira também não se reflete nas equipes de jornalistas que atuam na maioria das organizações de mídia, onde predomina um perfil branco, de classe média e heteronormativo (Lima et al., 2022; Mick & Lima, 2013).

Essa falta de representatividade impacta diretamente as relações de poder dentro das empresas jornalísticas: são estruturais as desigualdades de etnia, classe, idade, território e gênero — sendo este último um dos marcadores mais salientados nos estudos sobre a profissão no Brasil. Embora as mulheres sejam a maioria entre os profissionais da imprensa, são a minoria em postos de liderança, enfrentando tetos e portas de vidro ao longo de suas trajetórias (Moura & Santos, 2022; Steiner, 2017), cenário que reflete outros contextos sociais e ocupações profissionais (International Labour Organization & Özyeğin University, 2024). Os estudos em jornalismo ainda carecem de aprofundamento sobre como essas disparidades estruturais são intensificadas e/ou potencializam os efeitos da precariedade laboral sobre quem trabalha.

Nos últimos anos, observou-se uma acentuada desestruturação do emprego formal no jornalismo em todo o mundo. Há uma redução significativa de postos de trabalho, instabilidade nas trajetórias profissionais (Accardo, 1995; Gollmitzer, 2019; Steiner & Chadha, 2022), adoecimento (Deuze, 2023) e episódios de violência (Lesue et al., 2021; Slavtcheva-Petkova et al., 2023). Os profissionais da área muitas vezes aceitam a flexibilização das condições como forma de se manterem empregados (Hirata, 2011) e

as jornadas irregulares e exaustivas são vistas como características intrínsecas da profissão, alimentando uma visão romantizada do ofício e ocultando sua proletarização (Guilhermano & Fonseca, 2021). Esse contexto tem elevado os custos físicos e mentais, impactando negativamente a qualidade de vida (Bulhões & Renault, 2016; Lima, 2018). A precarização do trabalho jornalístico também se expressa pela redução de autonomia e pela queda na qualidade da produção (Nicoletti, 2020; Quintanilha, 2023).

Este “novo normal” (Örnebring, 2018) está cristalizado nas rotinas e práticas jornalísticas, afetando tanto profissionais com vínculos informais (*freelancers*, autônomos) quanto aqueles com contratos mais estáveis, como celetistas¹ ou servidores públicos, no caso brasileiro. Esse estado de insegurança, caracterizado por alta pressão e instabilidade, expandiu-se globalmente, especialmente nos países do Norte Global, onde a precariedade, antes associada apenas ao trabalho informal, agora atinge também vínculos considerados mais seguros (Rick, 2024; Steiner & Chadha, 2022). Esta condição fragiliza direitos e compromete o jornalismo como prática social.

Esses fatores também influenciam diretamente a capacidade do mercado jornalístico de atrair indivíduos e mantê-los na profissão (Bastin, 2016), já que são determinantes nas escolhas profissionais dos sujeitos. Em um cenário marcado por tantos desafios, onde muitos conseguem ingressar, mas poucos permanecem e prosperam na carreira, “é mais importante do que nunca entender quem está trabalhando no jornalismo, sob que circunstâncias o trabalho é feito, que tipo de trabalho é produzido” (Deuze & Witschge, 2016, p. 17).

Apesar de os estudos sobre o trabalho dos jornalistas terem melhorado a compreensão do problema, ainda é preciso entender como a precariedade laboral afeta diferentemente os variados perfis profissionais de jornalistas, especialmente aqueles considerados minoritários ou mais vulneráveis, como *freelancers*, mulheres, pessoas LGBTQIAP+, imigrantes, pessoas indígenas. Neste artigo, analisamos dados coletados na pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* (Lima et al., 2022)², para compreender em que medida a precarização do trabalho afeta mais as jornalistas no país e de que forma isso ocorre. Esta investigação é orientada pelas seguintes perguntas de pesquisa: (a) que dimensões da precarização e riscos ligados ao trabalho incidem mais sobre as jornalistas no Brasil?; e (b) como é que essas condições de trabalho afetam a sua saúde física e mental?

Este estudo oferece uma contribuição inédita, ao desagregar os dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro* por gênero, revelando desigualdades específicas enfrentadas por mulheres jornalistas — como maior precariedade laboral e exposição a riscos à saúde — que não aparecem na análise agregada do relatório original (Lima et al., 2022).

¹ Trabalhador celetista é aquele contratado de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho — conjunto de normas que regulamenta as relações de trabalho formal no Brasil. A pessoa contratada sob este regime tem direito a férias remuneradas, 13.º salário, jornada máxima de 44 horas semanais e, pelo menos, um dia de descanso semanal remunerado, adicional por horas extras trabalhadas. Também tem direito ao seguro-desemprego, em caso de demissão sem justa causa, a partir de seis meses de vínculo laboral (Decreto-Lei N° 5.452/1943, 1943).

² Os autores deste artigo são integrantes da equipe da pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro* (investigador principal, coinvestigador principal e pesquisadora envolvida na coleta e análise de dados). Portanto, trata-se de uma análise de dados próprios.

Ao identificar essas diferenças, o artigo amplia a compreensão sobre as condições de trabalho das mulheres na profissão e contribui para o debate acadêmico e social sobre desigualdades de gênero no jornalismo.

Para isso, observamos indicadores ligados às condições de trabalho, saúde e exposição a riscos, no conjunto de mulheres e homens respondentes da pesquisa. O artigo se organiza em quatro seções, que, sucessivamente, revisam a bibliografia pertinente ao tema, apresentam a metodologia da pesquisa, descrevem e discutem os resultados.

2. GÊNERO E PRECARIZAÇÃO NO TRABALHO DE JORNALISTAS NO BRASIL

No Brasil, vários estudos sobre as condições de trabalho indicam uma conjuntura permanente de insegurança no emprego e incertezas sobre o futuro na carreira. Jornalistas frequentemente recebem salários baixos, enfrentam competição intensa, longas jornadas de trabalho, infraestrutura precária ou insuficiente, estresse e adoecimento (Figaro et al., 2013; Lima et al., 2022; Mick & Lima, 2013; Pontes, 2017). Também é crescente o número de trabalhadores que atuam sob demanda (Nicoletti & Figaro, 2024) como *freelancers*, formalizando-se como pessoas jurídicas ou microempreendedores individuais para poderem ser contratados — atuam como funcionários, mas arcam com os custos de empresas e não possuem a proteção estabelecida por lei a trabalhadores (Lima et al., 2022). Além disso, jornalistas são constantemente alvo de agressões por conta de sua atividade profissional (Federação Nacional dos Jornalistas, 2021, 2022, 2023, 2024). As redações reduziram seu tamanho e o trabalho remoto ou híbrido está se tornando norma (Figaro et al., 2021), o que limita a convivência cotidiana entre pares, prejudicando a socialização de práticas, experiências, condutas éticas e vínculos — elementos essenciais à manutenção da cultura profissional (Charron & Bonville, 2004/2016).

Esses múltiplos riscos ligados à insegurança financeira, física, psicológica, digital e à perspectiva para o futuro criam um cenário de precariedade estrutural na carreira (Nicoletti, 2020), comprometendo também a saúde dos e das jornalistas (Heloani, 2003, 2006; Reimberg, 2015). Esse processo, descrito como a precarização social do trabalho por Druck (2011), evidencia como as vulnerabilidades do mercado se articulam com desigualdades sociais e econômicas, resultando em um conjunto de profissionais vulneráveis e com baixa perspectiva de desenvolvimento na carreira, o que alimenta sentimentos de resignação, distanciamento emocional do trabalho (Dubet, 2006/2014; Sennett, 1998/2015; Standing, 2011/2014) e perda de identidade coletiva e individual (Alves, 2013; Antunes, 1999, 2005). Nesse contexto, é importante investigar que dimensões da precarização e dos riscos laborais afetam de forma mais intensa as jornalistas no Brasil e como essas condições impactam sua saúde física e mental.

Embora formem a maioria numérica na profissão (Lima et al., 2022), as jornalistas enfrentam um campo ainda regido por valores masculinizados³, o que se reflete na

³ Por simetria à distinção conceitual que estamos adotando para o trabalho das mulheres, poderíamos falar em “masculinização” para o domínio quantitativo de profissões por homens e em “masculização” para os efeitos qualitativos desse processo (Kikuti Dancosky, 2023; Kikuti Dancosky et al., 2022).

distribuição desigual das pautas, nas disparidades salariais e nos elevados índices de assédio. As barreiras ao acesso a posições de liderança persistem (Moura & Santos, 2022; Steiner, 2017), apesar do crescimento recente da presença feminina em cargos médios — avanço que, muitas vezes, vem acompanhado de um elevado custo para a saúde e bem-estar dessas profissionais (A. Bandeira, 2019). Esse quadro revela uma persistente segregação de gênero na pirâmide profissional (Damian-Gaillard & Saitta, 2016; Moura et al., 2018; Rocha, 2019), tanto no eixo horizontal (áreas temáticas, setores, especialidades) quanto no vertical (acesso ao poder e à decisão).

Lelo (2019) sistematiza essas desigualdades em quatro dimensões: (a) divisão sexual do trabalho, (b) culturas organizacionais, (c) culturas profissionais e (d) rotinas produtivas. A divisão sexual do trabalho é um aspecto estruturante do capitalismo desde seu princípio (Federici, 2004/2017) e ainda é percebida em diversas ocupações e profissões contemporâneas. Suas consequências agravam-se com o individualismo e a alta concorrência, típicos da ideologia neoliberal (Dardot & Laval, 2009/2016; Gago, 2018). No jornalismo, a divisão sexual é sentida a partir da dificuldade vivenciada pelas repórteres em conciliar o exercício de suas funções com seus projetos familiares. A carreira frequentemente exige o sacrifício do tempo de descanso e isso obstrui a permanência das jornalistas em postos estáveis nas empresas de comunicação, já que muitas precisam adequar suas tarefas profissionais à dupla jornada.

As culturas organizacionais correspondem às formas habituais pelas quais o trabalho é organizado, uma estrutura que impacta as práticas cotidianas das e dos jornalistas. Lelo (2019) denuncia a existência de uma homossocialidade masculina — a inclinação de atribuir pautas de maior destaque aos colegas do mesmo gênero, assim como de compartilhar contatos e informações unicamente entre si. Quem não se enquadra no modelo de masculinidade idealizado pelas redações acaba prejudicada(o) na divisão de tarefas (Veiga da Silva, 2014). No caso das gestoras, eventuais falhas são associadas à “feminilidade” das ocupantes do cargo.

Na cultura profissional, percebe-se a designação de pautas consideradas mais “brandas” (*soft news*) — tradicionalmente associadas a assuntos culturais e a aspectos do estereótipo de “feminilidade” (entretenimento, moda, beleza, comportamento) — às mulheres, enquanto matérias de maior fôlego e impacto na opinião pública (*hard news*) ficam a cargo de seus colegas masculinos (Veiga da Silva, 2014).

Por fim, no âmbito das rotinas produtivas, a violência contra jornalistas no Brasil é um problema que afeta toda a categoria, sendo ainda mais grave para as mulheres, pela crueldade da misoginia. Segundo a Federação Nacional dos Jornalistas (2021), em 2020, os índices de violência mais do que dobraram em relação ao ano anterior (105,8% a mais, ou 428 episódios) e permaneceram elevados nos anos subsequentes, apesar de uma queda significativa a partir de 2023 (Federação Nacional dos Jornalistas, 2022, 2023, 2024). Para as profissionais, situações de assédio, intimidações ou ameaças no trabalho são mais comuns, seja na internet ou fora dela (Barton & Storm, 2014; Mazotte & Toste, 2017; Posetti & Shabbir, 2022).

3. METODOLOGIA

Este artigo analisa os dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* (Lima et al., 2022), um estudo representativo que busca compreender questões relacionadas com empregabilidade, jornada de trabalho, tipo de vínculo, área de atuação, posicionamento político, condições de trabalho, saúde e segurança de jornalistas no Brasil. A pesquisa foi coordenada pela Universidade Federal de Santa Catarina e realizada em parceria com a Rede Trabalho e Identidade no Jornalismo, ligada à Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (<https://site.sbpjor.org.br/>). O estudo envolveu 17 pesquisadores voluntários de todas as regiões do país, com apoio das principais organizações nacionais da categoria⁴.

É a segunda edição⁵ do questionário online, distribuído via plataforma SurveyMonkey. A primeira edição foi realizada em 2012 (Mick & Lima, 2013), com um plano amostral de 2.731 respostas válidas. A segunda, de 2021, buscou verificar as mudanças ocorridas no setor em uma década e aprofundar o conhecimento de aspectos ligados à precarização do trabalho e saúde dos jornalistas (Lima et al., 2022). Foi coletado, entre 16 de agosto e 1 de outubro de 2021, um total de 6.650 respostas válidas. A partir dessa base, foi selecionada uma amostra probabilística estratificada de 3.100 respondentes, proporcional à distribuição de jornalistas em cada região do país (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste), garantindo representatividade regional. Os casos incluídos na amostra final foram selecionados por sorteio aleatório no software SPSS (Tabela 1).

⁴ Federação Nacional dos Jornalistas, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, Associação Brasileira de Imprensa, Associação Profissão Jornalista, Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo e Associação Brasileira de Ensino do Jornalismo.

⁵ O estudo foi desenhado para ter uma periodicidade de 10 anos entre uma aplicação e outra, sendo que, cinco anos após cada levantamento, é feita uma pesquisa de trajetórias profissionais, quantitativa e longitudinal, entrevistando novamente os mesmos respondentes da pesquisa de perfil mais recente para saber como estão. A pesquisa foi financiada parcialmente pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A maior parte dos pesquisadores envolvidos atuou de forma voluntária.

REGIÃO	ESTADO (UNIDADE FEDERATIVA)	REGISTROS EMITIDOS (2000–2019)	% REGISTROS POR UNIDADE FEDERATIVA	CASOS INCLUÍDOS NO PLANO AMOSTRAL (N)	% PLANO AMOSTRAL
Centro-Oeste	Distrito Federal	7.515	5,28	164	5,28
	Goiás	2.571	1,81	56	1,80
	Mato Grosso do Sul	2.409	1,69	52	1,69
	Mato Grosso	1.391	0,98	30	0,98
Nordeste	Alagoas	1.055	0,74	23	0,74
	Bahia	4.269	3,00	93	3,00
	Ceará	2.992	2,10	65	2,10
	Espírito Santo	3.164	2,22	74	2,39
	Maranhão	1.420	1,00	31	1,00
	Paraíba	1.712	1,20	37	1,20
	Pernambuco	3.372	2,37	73	2,37
	Piauí	1.063	0,75	23	0,75
	Rio Grande do Norte	1.415	0,99	31	0,99
	Sergipe	1.371	0,96	30	0,96
Norte	Acre	505	0,35	11	0,35
	Amazonas	1.246	0,87	27	0,87
	Amapá	216	0,15	5	0,15
	Pará	1.478	1,04	32	1,04
	Rondônia	926	0,65	20	0,65
	Roraima	416	0,29	9	0,29
	Tocantins	816	0,57	18	0,57
Sudeste	Minas Gerais	16.099	11,30	360	11,61
	Rio de Janeiro	15.288	10,73	343	11,06
	São Paulo	52.998	37,21	1.132	36,51
Sul	Paraná	6.244	4,38	136	4,38
	Rio Grande do Sul	5.728	4,02	125	4,02
	Santa Catarina	4.611	3,24	100	3,24
	Não informado	133	0,09	-	-
Total		142.424	100	3.100	100

Tabela 1. Desenho do plano amostral a partir do número de registros de jornalistas entre 2000 e 2019

Nota. Elaboração dos autores a partir dos dados de registros do Ministério do Trabalho e das respostas coletadas durante o questionário online do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* (Lima et al., 2022).

Como no Brasil o jornalismo não dispõe de conselho ou ordem responsável pelo monitoramento da atividade profissional e sua autorregulamentação — o que é um desafio para pesquisas desse tipo⁶ —, usou-se, para estimar a distribuição provável por

⁶ Os registros profissionais feitos pelo Ministério do Trabalho são um parâmetro, embora haja uma parcela de trabalhadores/as que atua sem registro e, em caso de desistência ou abandono da profissão, não há baixa. Além disso, o acesso público à listagem de profissionais registrados é dificultado pela própria legislação. Outros dados, de sistemas como Relação Anual de Informações Sociais/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, são imprecisos porque remetem apenas a trabalhadores/as com carteira assinada. Por fim, aferir o total de egressos de cursos de Jornalismo é também insuficiente, pois não é considerado o percentual elevado de formados na área que não exerce a profissão.

estado e região, o número de registros profissionais de jornalistas emitidos no país pela Coordenação de Identificação e registro profissional do Ministério do Trabalho entre 2000 e 2019. O plano amostral corresponde a 2,18% do total de 142.424 jornalistas registrados, o que resultou em um plano amostral com intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 2,5%.

O *Perfil do Jornalista Brasileiro* busca verificar quem são as pessoas que se autoidentificam como jornalistas, independentemente de sua área de atuação. Para tanto, o questionário contempla blocos específicos para três perfis distintos de jornalistas atuantes no país:

- Trabalho na mídia (pessoas que possuem como emprego principal um cargo na imprensa, seja em empresas jornalísticas, iniciativas de jornalismo independente, coletivos de jornalistas ou *freelancers*);
- Trabalho fora da mídia (pessoas que se identificam como jornalistas, porém atuam fora da imprensa, em áreas correlatas como assessorias, comunicação organizacional, produção de conteúdo para redes sociais);
- Docentes (pessoas que se autoidentificam como jornalistas devido à formação e/ou experiência profissional, mas atuam como professores na área de jornalismo ou comunicação).

Este recorte respeita a especificidade do mercado jornalístico brasileiro, em que a formação acadêmica na área é determinante para a autoidentificação profissional. Além disso, por se tratar de um mercado inseguro do ponto de vista da empregabilidade e renda, é comum que profissionais com graduação em Jornalismo atuem em diferentes funções concomitantes dentro e fora da mídia.

Este artigo avalia os três perfis de profissionais mencionados a partir de um recorte de gênero. Todos os dados analisados comparam os grupos de mulheres e homens. Um pequeno grupo de respondentes (nove) não se identificou nem com o gênero masculino nem com o feminino. Para os fins desta análise, decidimos nos focar apenas nos dois grupos estatisticamente representativos⁷.

Para observar de forma mais aprofundada a condição de trabalho das jornalistas, a análise dos dados foi realizada considerando três grupos de indicadores:

- Empregabilidade: tipo de vínculo, salário (remuneração e capacidade de pagar despesas com a renda mensal), jornada (horas trabalhadas e horas extra);
- Saúde: estresse no trabalho, diagnóstico médico de problema ligado à saúde mental (como depressão, *burnout*, crise de ansiedade, stress pós-traumático), diagnóstico médico de lesão por esforço repetitivo ou distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho, ambos associados à prática laboral e considerados indicadores de saúde física;
- Exposição a riscos: violência no ambiente de trabalho (assédio moral, sexual e verbal, coação, vigilância e autocensura) e violência externa ligada ao trabalho (ataques online, ataques a familiares, agressão física).

A seguir, descrevemos os principais resultados obtidos a partir do cruzamento entre dados de gênero, empregabilidade, saúde e exposição a riscos. Na seção de discussão dos resultados, apresentamos análises interpretativas e descritivas dos padrões observados nos dados, esboçando possíveis conclusões e caminhos de pesquisa complementares.

⁷ Isso não diminui, contudo, a importância de estudos qualitativos posteriores, que procurem compreender as especificidades das consequências da precarização do trabalho jornalístico para este grupo.

4. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS: GÊNERO E TRABALHO NO JORNALISMO BRASILEIRO

4.1. DADOS DEMOGRÁFICOS

O jornalismo brasileiro é majoritariamente feminino. Em 2021, 57,8% das respondentes do *Perfil do Jornalista Brasileiro* eram mulheres, das quais 68,4% se autodeclararam brancas e 62,3% tinham até 40 anos de idade. Porém, nos trabalhos dentro da mídia — que abriga a maior parte dos respondentes (57,7%) —, essa condição muda um pouco. Ao desagregar os dados por gênero, observa-se uma grande disparidade na presença das jornalistas: enquanto quase 70% dos homens atuam na imprensa, somente 49,7% das mulheres ocupam cargos no setor (Tabela 2). A maioria das jornalistas no Brasil atua em outras áreas da comunicação ou é docente. Assim, pode-se inferir que o trabalho da imprensa brasileira é masculinizado, enquanto em outras áreas que contratam jornalistas há uma prevalência feminina.

	FEMININO	MASCULINO
Mídia	49,7%	68,7%
Fora da mídia	42,3%	24,7%
Docência	7,9%	6,6%
Total	100%	100%

Tabela 2. Onde trabalhavam os jornalistas brasileiros em 2021, dividido por gênero

Nota. Elaboração dos autores a partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* (Lima et al., 2022).

O percentual de jornalistas com 41 anos ou mais é de 45,2%. Nessa faixa etária, homens são a maioria em todos os grupos, o que aponta para uma maior permanência na profissão. Já as mulheres estão concentradas entre as faixas etárias mais jovens (62,3% têm entre 18 e 40 anos), com menor permanência no jornalismo. Quanto à situação civil, 36,9% das mulheres são casadas ou vivem em união estável, enquanto 46,1% dos homens estão nesta condição. A maior parte das(os) jornalistas no Brasil não tem filhos, sendo que esta proporção é maior (64%) nas mulheres do que nos homens (58%).

Apesar de mais jovens, as jornalistas brasileiras são mais qualificadas do que seus colegas do gênero masculino: 93% possuem ensino superior completo, das quais 54,5% possuem especialização completa, mestrado, doutorado ou pós-doutorado. Entre os homens, 43% continuaram os estudos após a faculdade.

4.2. EMPREGABILIDADE

Para analisar evidências de trabalho precário, observaram-se os seguintes indicadores: tipo de vínculo, carga horária, salário, folgas e horas extra.

O tipo de vínculo permite verificar se há predominância de trabalhadoras(es) formais ou informais, ou seja, cobertas(os) ou não por garantias legais estabelecidas em lei (que variam de país a país). No Brasil, por exemplo, ter carteira assinada pela

Consolidação das Leis do Trabalho ou um cargo efetivo como funcionário público oferece garantias legais de proteção em caso de adoecimento, demissão, férias, 13.º salário e aposentadoria. Ao contrário, quem é autônomo, *freelancer*, prestador de serviço ou microempreendedor individual precisa arcar com suas próprias proteções sociais (o microempreendedor individual recebe algumas proteções de seguridade social, porém, sem relação de trabalho). No entanto, o vínculo formal não garante um emprego de boa qualidade, muito menos estar alheio à precarização, e é isso que o *Perfil do Jornalista Brasileiro* evidencia. Em 2021, 56,3% dos profissionais participantes possuíam empregos formais considerados estáveis. Mulheres representam ligeiramente a maioria em cargos instáveis, mas sem significância estatística.

No Brasil, a atividade jornalística é regulada por lei: cinco horas diárias, seis dias por semana, sendo permitida uma jornada de até sete horas diárias, em caso de aumento na remuneração estabelecido em contrato. Entretanto, o que se vê na prática é que um número considerável de jornalistas brasileiros extrapola este limite: 43,3% dos homens e 41,6% das mulheres. Nos dois grupos, as restantes pessoas respondentes trabalham até oito horas por dia.

Apesar de, no quesito da jornada de trabalho, as mulheres terem carga horária ligeiramente menor do que a de seus colegas homens, elas fazem mais horas extra: para 74% das jornalistas é comum ter que trabalhar mais do que o acordado contratualmente, enquanto 68,3% dos jornalistas costumam trabalhar mais do que o contratado. Em ambos os casos, este é um indicador importante de sobrecarga laboral, que pode ter consequências de médio e longo prazo na performance profissional, saúde física e mental.

Entre as pessoas que trabalham na mídia, por exemplo, a menor carga horária contratada e o maior nível de horas extra entre as mulheres talvez se justifique pela baixa representatividade delas em cargos de direção ou porque há mais homens na imprensa. Outra justificativa seria o fato de que muitas mulheres precisam de jornadas mais flexíveis e cargos que permitam conciliar trabalho com vida doméstica e cuidado.

Entre quem trabalha na mídia, 47,6% dos homens atuam em cargos de chefia (como chefia de redação, coordenação e diretoria) ou com algum poder de influência na tomada de decisões (edição, editorialista, âncora, colunista). Enquanto isso, 37,4% das jornalistas ocupam cargos de gestão e 53,1% ocupam o “chão de fábrica” da redação, em funções como reportagem, produção, diagramação (Tabela 3). Devido às especificidades de cada setor, não foi possível determinar entre as pessoas fora da mídia e na docência o seu nível de hierarquia dentro do trabalho.

	FEMININO	MASCULINO
Jornalistas em geral	53,1%	45,7%
Repórter	41,2%	33,0%
Repórter fotográfica(o)	0,3%	2,7%
Repórter cinematográfica(o)	0,2%	1,8%
Correspondente	0,5%	0,4%

Ilustrador(a)	0,0%	0,1%
Produtor(a)	7,1%	5,2%
Gestor(a) de redes sociais	3,6%	1,9%
Diagramador(a)	0,2%	0,6%
Sub-chefias/médio poder decisório	25,5%	31,2%
Editor(a) (inclui editor/a executivo/a e editor/a assistente)	20,9%	25,9%
Consultor(a)	0,9%	0,4%
Colunista	1,1%	1,6%
Editorialista	0,0%	0,9%
Âncora	2,6%	2,4%
Chefias/alto poder decisório	11,9%	16,4%
Coordenador(a)	4,8%	5,2%
Chefe de redação	2,9%	5,1%
Diretor(a)/gestor(a)	4,2%	6,1%
Outra	9,6%	6,3%

Tabela 3. Função principal informada por trabalhadores da mídia — divisão por gênero

Nota. Elaboração dos autores a partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* (Lima et al., 2022).

Esses fatores podem ajudar a compreender uma das principais desigualdades de gênero verificadas no estudo, observada a partir da análise dos indicadores: “salário — remuneração e capacidade de pagar despesas com a renda mensal”. Em 2021, a proporção de mulheres ganhando até cinco salários mínimos (R\$ 5.500,00) era de 62,7%, contra 54,5% dos homens nas faixas salariais inferiores (Tabela 4). Ou seja, as jornalistas têm renda mais baixa, apesar de representarem o grupo com a melhor qualificação profissional.

	FEMININO	MASCULINO
Sem renda	1,1%	1,6%
Até R\$ 1.100	4,8%	3,7%
De R\$ 1.101 a R\$ 2.200	13,3%	8,7%
De R\$ 2.201 a R\$ 3.300	14,0%	12,9%
De R\$ 3.301 a R\$ 4.400	13,2%	12,8%
De R\$ 4.401 a R\$ 5.500	16,3%	14,7%
De R\$ 5.501 a R\$ 11.000	25,8%	29,2%
De R\$ 11.001 a R\$ 22.000	8,5%	11,7%
Acima de R\$ 22.001	1,7%	2,8%
Não quero informar	1,4%	1,8%

Tabela 4. Renda bruta mensal proveniente do trabalho como jornalista

Nota. Elaboração dos autores nossa a partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* (Lima et al., 2022).

De maneira geral, a renda da(o) jornalista brasileira(o) é insuficiente para cobrir as despesas básicas para sobreviver no Brasil. Para se ter uma ideia, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (s.d.), em outubro de 2021 seria necessário ganhar R\$ 5.886,50 para arcar com despesas básicas. Somente 39,1% dos jornalistas brasileiros estavam nessa condição, sendo que os demais não tinham como quitar suas despesas sempre ou às vezes. Entre as mulheres, 63,8% não conseguiam dar conta (sempre ou às vezes) de seus gastos mensais com o salário de jornalista, sendo que quase 40% não conseguiam, de jeito nenhum, pagar seus custos básicos sem ajuda de terceiros, trabalho extra ou *ficar no vermelho* no final do mês — condição relatada por 30% dos homens.

4.3. SAÚDE

Mulheres jornalistas brasileiras estão mais adoecidas e expostas a violências no ambiente de trabalho do que seus colegas homens. Porém, os dois grupos estão fragilizados e sob intensa pressão devido à precariedade das condições laborais, à violência e aos abusos morais, físicos, verbais e psicológicos que sofrem no exercício da profissão. Por se tratar de um estudo demográfico, e não epidemiológico ou da área de saúde mental, não é possível determinar se todas as questões de adoecimento mental estão unicamente ou principalmente ligadas ao trabalho das pessoas respondentes. Alguns indicadores verificam uma relação direta com a condição laboral, porém não se restringem à ocupação atual da pessoa. Portanto, pode estar ocorrendo agora ou ter ocorrido no passado.

Segundo o estudo, 69,8% das mulheres se sentem estressadas no ambiente laboral e quase um quarto relatou ter sido diagnosticada com algum problema de saúde mental relacionado ao trabalho (Tabela 5). Neste grupo, há também uma maior proporção de respondentes com histórico de diagnósticos de estresse e depressão. Porém, não é possível determinar o principal motivo: se há ou não relação direta com a atividade laboral.

	TIPO	FEMININO	MASCULINO
Relação direta com a atividade laboral	Sente estresse no trabalho	69,8%	61,3%
	Diagnóstico de transtorno mental ligado ao trabalho	24,8%	13,6%
	Licença do trabalho devido a lesão por esforço repetitivo/ distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho	8,7%	5,7%
	Diagnóstico de lesão por esforço repetitivo/distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho	23,4%	15,4%
Sem confirmação de relação com a atividade laboral	Recebeu diagnóstico de estresse	41,1%	24,8%
	Indicação médica para tomar antidepressivos	38,1%	22,1%

Tabela 5. Profissionais que relataram adoecimento mental e/ou físico

Nota. Elaboração dos autores a partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* (Lima et al., 2022).

4.4. EXPOSIÇÃO A RISCOS

O *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* (Lima et al., 2022) buscou traçar um panorama inicial sobre saúde e violência entre os profissionais da área. Além dos altos índices de adoecimento para todas as pessoas participantes, o estudo aponta para um problema negligenciado nas organizações e que é bastante complexo de se investigar em profundidade: a violência dentro do ambiente de trabalho. Esta questão se torna muito evidente na análise dos dados estratificados por gênero: jornalistas brasileiros estão cotidianamente expostos a diferentes tipos de riscos, entretanto é no grupo de mulheres que se verifica a maior proporção de abusos e assédios dentro do ambiente de trabalho. Já os homens representam a maioria nos indicadores de violência externa (ou que pode acontecer durante o trabalho ou em decorrência dele).

Quase metade (45,8%) das jornalistas brasileiras alegaram ter sofrido algum tipo de constrangimento por parte de gestores ou superiores. Este é um problema relatado em maior proporção por profissionais na mídia (46,8%) e fora dela (45,7%), com uma menor (apesar de ainda significativa) incidência entre as professoras (39,8%). Talvez a natureza do trabalho tenha relação com esses índices, uma vez que a atividade acadêmica, em tese, oferece maior autonomia e liberdade para a tomada de decisões.

A Tabela 6 mostra que as mulheres estão mais expostas a violências praticadas na relação interpessoal com colegas de redação, ou chefia direta, ou com agentes externos ligados à prática profissional dentro da instituição em que trabalham (no ambiente laboral). Já nas situações relacionadas com o trabalho desenvolvido, em que não é possível precisar o local, nem se ocorreu durante ou fora do horário de expediente (relação com o trabalho), os homens são os mais expostos.

	TIPO	FEMININO	MASCULINO
No ambiente laboral	Assédio sexual no trabalho	17,4%	2,8%
	Constrangimento por gestores ou superiores	45,8%	39,3%
	Assédio moral no trabalho	43,1%	37,2%
	Violência verbal no trabalho	33,8%	31,3%
	Vigilância/monitoramento digital por superiores hierárquicos	28,2%	25,7%
Relacionado ao trabalho	Deixou de fazer alguma atividade por medo de retaliação	34,6%	35,6%
	Ataques ou ameaças virtuais	23,6%	36,3%
	Trabalho sob coação	17,3%	18,5%
	Agressão física no trabalho ou em decorrência dele	2,5%	2,7%

Tabela 6. Profissionais que relataram ter sofrido algum tipo de violência no trabalho ou em decorrência dele

Nota. Elaboração dos autores a partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* (Lima et al., 2022).

Proporcionalmente, as jornalistas também são as mais afetadas por vigilância e monitoramento digitais feitos por seus chefes (Tabela 6). Este é um problema que afeta ligeiramente mais as mulheres da imprensa (30%) do que suas colegas em outras áreas do jornalismo (26% fora da mídia e 23% na docência). Esta pode ser uma consequência do trabalho remoto, que ainda era a realidade para em torno de 60% das participantes

na época da coleta dos dados, e que demandava o uso de aplicativos e software de gestão e comunicação, que poderiam facilitar o controle das chefias sobre seus funcionários e colaboradores. Pouco mais de 40% das respondentes já sofreram algum tipo de assédio moral no trabalho — entre as docentes, o índice foi de 45%. Além disso, um terço delas foi alvo de violência verbal. Nesta variável, jornalistas na mídia e fora dela são as mais atingidas (35,4% e 33,1%, respectivamente). Observa-se, então, que este é outro tipo de violência, associado às pessoas mais expostas a se relacionarem com fontes, chefias e clientes, relações que usualmente demandam muita negociação sobre pontos de destaque, além de prazos apertados. Outro dado ligado ao ambiente laboral e que expõe a insegurança das mulheres nestes espaços é o assédio sexual: do total, 17,4% relataram já terem sido vítimas deste tipo de violência enquanto trabalhavam. Entre as mulheres na imprensa, este índice sobe em um ponto percentual.

Por outro lado, os riscos contra jornalistas em decorrência do trabalho, sejam externos ou internos, são proporcionalmente semelhantes entre os dois grupos. Os homens têm um índice ligeiramente superior de agressões físicas no trabalho e de práticas de autocensura ou cerceamento da liberdade de expressão. Estes são problemas presentes em todos os grupos analisados, com ligeira predominância no grupo de quem trabalha na mídia, no qual homens e mulheres têm quase os mesmos índices, com variação máxima de 1%.

A Tabela 7 indica a proporção de pessoas que declararam já terem sido alvo de ataques ou ameaças virtuais. Proporcionalmente, este é um abuso que afeta mais os homens, em contraste com pesquisas nacionais e internacionais sobre o tema, nas quais as mulheres figuram como os principais alvos deste tipo de condição. No *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* (Lima et al., 2022), fica evidente que este é um problema mais comum entre as(os) trabalhadoras(es) da imprensa.

PERFIL PROFISSIONAL	FEMININO	MASCULINO
Agrupado — todos os perfis juntos	23,6%	36,3%
Mídia	31,8%	42,3%
Fora da mídia	15,0%	21,7%
Docência	18,3%	30,2%

Tabela 7. Pessoas que relataram já terem sofrido algum tipo de ataque ou ameaça virtual devido ao seu trabalho

Nota. Elaboração dos autores a partir dos dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* (Lima et al., 2022).

Uma hipótese explicativa para as ameaças serem mais frequentes entre homens jornalistas é a de que eles ocupam mais cargos de opinião, âncora e gestão, ou trabalham em editorias que podem gerar maior divergência em relação à opinião pública, como política e meio ambiente, o que poderia levar à maior exposição de seus nomes e imagens no ambiente online. Porém, seriam necessárias informações adicionais para determinar as razões desta diferença nos resultados em relação aos outros estudos sobre o tema.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apesar de a maioria dos participantes deste estudo possuírem empregos formais com carteira assinada ou por meio de concurso público, toda a categoria está exposta a condições de trabalho precárias e diferentes tipos de riscos ocupacionais. Porém, ao investigarmos “que dimensões da precarização e riscos ligados ao trabalho incidem mais sobre as jornalistas brasileiras”, observamos que elas estão proporcionalmente mais sujeitas a um quadro generalizado de violências, que começam por riscos em relação à sua subsistência, passam pela desvalorização da qualificação profissional e culminam no adoecimento físico e mental, passando por diferentes formas de assédio e abusos sofridos.

No grupo “empregabilidade”, os indicadores de precariedade que sobrecaem mais sobre as mulheres são “salário — remuneração e capacidade de pagar despesas com a renda mensal” e “jornada — horas extra”. No grupo “saúde”, observa-se que as jornalistas estão mais adoecidas do que os seus colegas homens em todos os indicadores observados, em especial no estresse no trabalho, diagnóstico de saúde mental, lesão por esforço repetitivo/distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho devido à prática laboral. Já no grupo “exposição a riscos”, as dimensões que sobrecaem mais sobre as mulheres são aquelas diretamente ligadas à violência dentro do local de trabalho (assédio moral, sexual e verbal, coação, vigilância e autocensura).

Juntos, estes fatores evidenciam a desigualdade estrutural de gênero na sociedade brasileira. Há um claro descaso do mercado quanto à qualificação e profissionalização: mulheres possuem um maior índice de especialização e treinamento, porém são a minoria em cargos de chefia ou em funções com um nível de autonomia mediano. Além disso, a permanência das mulheres na carreira ainda é condicionada à vida reprodutiva, o que pode se caracterizar como um indicador de violência de gênero e que impõe um peso invisível sobre as mulheres. É verdade que a carreira de jornalista é breve — porém, para as jornalistas, é ainda mais curta. Justificar a baixa permanência na carreira como algo posto pela dinâmica da profissão é invisibilizar preconceitos estruturais sobre as mulheres que são (ou potencialmente podem se tornar) mães ou casadas.

Outro fator que reflete a desigualdade estrutural de gênero é a violência patrimonial (quando a subsistência das pessoas é comprometida), que afeta muito mais mulheres do que homens. Entre jornalistas brasileiras(os), as jornalistas ganham menos e, consequentemente, têm mais dificuldade para custear despesas básicas. Mesmo aquelas que atuam em dois ou mais empregos têm dificuldade para se manterem com o salário de jornalista. É preocupante o elevado índice de mulheres que dizem ser incapazes de custear suas despesas “com frequência” ou “sempre”. Isso pode colocá-las em uma condição de vulnerabilidade social, impactando a possibilidade de investir em educação, lazer, saúde, tempo livre, além de também potencializar o risco de se manterem em relacionamentos abusivos devido à situação financeira desfavorável.

Esse contexto pode ajudar a justificar uma mudança no perfil dos jornalistas brasileiros entre 2012 e 2021, observada por Kikuti Dancosky et al. (2022). Ao considerar a proporção de homens e mulheres, os autores perceberam uma diminuição do contingente feminino na imprensa (trabalhadores da mídia), diferentemente do que havia apontado Pontes (2017), ao indicar a predominância delas no setor, resultado do maior contingente

feminino em cursos de graduação na área. Em menos de uma década, o cenário se inverteu, apesar de a proporção na formação acadêmica ter se mantido. Kikuti Dancosky et al. (2022) ponderam que as mulheres são maioria em cargos de base da carreira jornalística, como reportagem e produção, e, conseqüentemente, acabam também sendo a maioria nas demissões em massa. Além disso, a sobrecarga de trabalho para quem permanece no setor pode ser inviável, por exemplo, para uma mulher que acumula funções de cuidado, levando-a a desistir do emprego ou ser demitida. Por fim, os salários baixos (somados à incapacidade de pagar despesas básicas) expulsam da profissão justamente quem depende principalmente da sua renda para sobreviver, como mães solo, pessoas negras e/ou da periferia, que não possuem ajuda familiar ou outros rendimentos.

Outro fator preocupante verificado é que as jornalistas correm maior risco de sofrer violência em função do trabalho dentro dos espaços laborais do que fora deles. Elas estão mais expostas a discriminações devido ao seu gênero ou sexualidade e estão mais suscetíveis aos riscos invisibilizados pela dinâmica laboral, como constrangimento, agressão verbal e assédios. Neste sentido, é possível observar violências estruturais mascaradas pelas rotinas profissionais e que normalizam assédios, discriminações e diferentes tipos de abusos.

Isso é compatível com estudos que indicam que a violência sexual sofrida por mulheres no Brasil ocorre com mais frequência em espaços privados (como em casa) e por pessoas conhecidas. No caso das trabalhadoras, o assédio é cometido por chefes, colegas, fontes, e pode se dar de diversas maneiras, desde tentativas de “sedução” permeadas por relações de poder, constrangimentos, sanções, desmerecimento do trabalho feito e até mesmo xingamentos ou outras formas de violência explícita, muitas vezes tidas como algo inerente à rotina da profissão ou da “personalidade” de quem agride. A falta de reconhecimento desses comportamentos como assediosos é um dos fatores que podem explicar a perpetuação da violência de gênero nas redações e em demais espaços de trabalho de jornalistas. Outro fator é a subnotificação, motivada pelo medo de perder o emprego ou de ser desacreditada por colegas e superiores (Barton & Storm, 2014, 2014; Mazotte & Toste, 2017).

Conseqüentemente, o trabalho fere quem o performa, especialmente aquelas pessoas que não se reconhecem como sendo do gênero masculino. Ao analisarmos como condições de trabalho inseguras e precárias afetam a saúde física e mental das jornalistas, verificamos que os diferentes tipos de pressões e vulnerabilidades às quais as mulheres estão expostas elevam os riscos de adoecimento mental e físico. Percebe-se que elas estão em condição de maior fragilidade estrutural que seus colegas homens, devido à conjunção de fatores ligados à desvalorização profissional, financeira, discriminação/desigualdade de gênero e violências. As jornalistas estão adoecidas emocionalmente e são o grupo que mais sofre com estresse, assédios e controle por parte das chefias.

Os dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021* (Lima et al., 2022) apresentam um panorama inicial do problema, porém sinalizam para uma das consequências invisíveis da precariedade laboral sobre as mulheres: fatores ligados ao trabalho somam-se a questões estruturais, resultando em maior vulnerabilidade ao adoecimento físico e mental. Por mais que não se possa indicar uma relação causal entre adoecimento, violência e precarização, isso é um sinal de alerta.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E LIMITES DO ESTUDO

O processo de precarização do trabalho das(os) jornalistas é resultante da consistente perda de qualidade do trabalho e qualidade de vida ao longo das últimas décadas. Ele se intensificou no período da digitalização das redações e chegada da internet — entre os anos 1980 e 2000 — e perdura, ganhando novos contextos. Apesar de afetar jornalistas de forma generalizada, o trabalho precário é mais cruel com as mulheres. Neste sentido, a precariedade tem gênero.

Os dados analisados evidenciam que a precarização no jornalismo afeta mulheres de forma desproporcional, aprofundando desigualdades históricas de gênero. A lógica produtivista, a desigual divisão sexual do trabalho e a violência estrutural se entrelaçam, limitando oportunidades, corroendo trajetórias profissionais e comprometendo a saúde física e mental dessas profissionais.

Para a continuidade desse estudo, é de grande importância a inclusão de abordagens interseccionais na análise das condições de trabalho jornalístico. Questões como etnia, classe, território, maternidade e identidade de gênero podem ser incorporadas para a compreensão mais completa das múltiplas formas de exclusão e violências enfrentadas pelas mulheres no campo da comunicação.

Ser mulher, casar e ter filhos parece incompatível com a profissão. E, por mais que esta seja uma questão “batida” por diversas pesquisas da área, ainda é relevante refletir: como é possível reverter esta condição que impõe a profissionais em plena idade de ascensão de carreira terem de abandonar a profissão ou se reinventarem para, em seguida, enfrentarem uma nova forma de discriminação, aquela do etarismo, que atinge os(as) profissionais de meia idade que começam em novas profissões? Estudos complementares focados em trajetórias profissionais podem fornecer mais evidências sobre as razões das transições de carreira, a fim de se compreender melhor o que motiva homens e mulheres a saírem da profissão.

Outra limitação relacionada a um estudo como este, de perfil, é que, por se tratar de um questionário online, ele não permite aprofundar nuances que podem mascarar problemas estruturais, que são recorrentes e se confundem com a dinâmica do trabalho. Nesse sentido, pesquisas sobre a precarização no jornalismo precisam de avançar para além dos indicadores objetivos e incluir aspectos subjetivos, simbólicos e relacionais do trabalho.

É um desafio formular perguntas que permitam um maior aprofundamento na compreensão das violações aos direitos humanos individuais e coletivos na dinâmica laboral, e como afetam diferentemente os variados perfis de pessoas trabalhadoras. Novas pesquisas também ajudarão a aprofundar análises sobre diversidade, pluralidade na mídia e questões éticas ligadas às rotinas profissionais. Na mesma direção, parece relevante projetar estudos que contemplem especificamente pessoas não binárias, cujas experiências ainda permanecem invisibilizadas, o que permitirá alargar as conexões entre gênero e precariedade.

Do ponto de vista metodológico, é necessário ressaltar algumas limitações relevantes verificadas: (a) como a pesquisa é de participação espontânea, há o risco de algum enviesamento dos resultados devido à representação exagerada de alguns estratos sociais em detrimento de outros — apesar disso, houve o cuidado de se buscar uma amostra

representativa e regionalizada da categoria profissional a partir da rede de pesquisa envolvida; (b) devido à falta de um banco de dados específico às pessoas jornalistas atuantes no mercado de trabalho, a delimitação amostral se baseou nos dados existentes disponíveis (registros profissionais emitidos pelo Ministério do Trabalho entre 2000 e 2019). Não foi possível filtrar casos de evasão da profissão, morte, aposentadoria ou mobilidade territorial dos jornalistas registrados.

Por fim, o caráter transversal da pesquisa reflete apenas um momento específico, sem possibilitar o acompanhamento das trajetórias profissionais ao longo do tempo. Essas limitações reforçam a necessidade de estudos complementares, que explorem aspectos subjetivos, interseccionais e longitudinais das condições de trabalho jornalístico.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os pesquisadores engajados na coleta de dados do *Perfil do Jornalista Brasileiro*, por meio da Rede de Pesquisa Trabalho e Identidade no Jornalismo, que atuaram de forma voluntária no projeto. Agradecemos também à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (2023TR000392 e 2024TR00266) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (316093/2021-1 e 422609/2021-8) por auxílio financeiro parcial à pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Accardo, A. (1995). *Journalistes au quotidien: Essais de socioanalyse des pratiques journalistiques*. Le Mascaret.
- Alves, G. (2013). *Dimensões da precarização do trabalho: Ensaio de sociologia do trabalho*. Canal 6 Editora.
- Antunes, R. (1999). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Cortez Editora.
- Antunes, R. (2005). *Os sentidos do trabalho*. Boitempo.
- Bandeira, A. P. B. S. (2019). *Jornalismo e feminização da profissão: Um estudo comparativo entre Brasil e Portugal* [Tese de doutoramento, Universidade Federal de Pernambuco].
- Bandeira, O., Mendes, G., & Pasti, A. (Eds.). (2023). *Quem controla a mídia? Dos velhos oligopólios aos monopólios digitais*. Coletivo Intervenções; Veneta.
- Barton, A., & Storm, H. (2014). *Violence and harassment against women in news media: A global picture*. International Women's Media Foundation. <https://e1.nmcdn.io/assets/iwmf/wp-content/uploads/2018/06/Violence-and-Harassment-against-Women-in-the-News-Media.pdf>
- Bastin, G. (2016). Gravitation, aléa, séquence. Variations sociologiques autour du concept de carrière. In D. Demazière & M. Jouvenet (Eds.), *La sociologie d'Andrew Abbott* (Vol. 2, pp. 195–216). Presses de l'EHESS.
- Bulhões, J., & Renault, D. (2016). A precarização da prática jornalística: Uma revisão bibliográfica sobre o impacto das condições de trabalho na saúde e na qualidade de vida do jornalista. *Parágrafo*, 4(2), 165–174.
- Charron, J., & Bonville, J. de. (2016). *Natureza e transformação do jornalismo* (P. Reuillard, Trad.). Insular. (Trabalho original publicado em 2004)

- Damian-Gaillard, B., & Saitta, É. (2016). Feminização e transformações das práticas jornalísticas: O exemplo do jornalismo político na imprensa diária francesa. *Parágrafo*, 4(2), 128–137.
- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal* (M. Echalar, Trad.). Boitempo. (Trabalho original publicado em 2009)
- Decreto-Lei N° 5.452, de 1° de Maio de 1943. (1943). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (s.d.). *Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos*. Retirado a 13 de março de 2024, de <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2021>
- Deuze, M. (2023). Considering mental health and well-being in media work. *Australian Journalism Review*, 45(1), 15–26. https://doi.org/10.1386/ajr_00115_7
- Deuze, M., & Witschge, T. (2016). O que o jornalismo está se tornando (R. Grohmann, Trad.). *Parágrafo*, 4(2), 6–21.
- Druck, G. (2011). Trabalho, precarização e resistências: Novos e velhos desafios? *Caderno CRH*, 24(1), 37–57. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004>
- Dubet, F. (2014). *Injustiças: A experiência das desigualdades no trabalho* (I. Ribeiro Valle & N. Valle, Trans.). Editora UFSC. (Trabalho original publicado em 2006)
- Federação Nacional dos Jornalistas. (2021). *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: Relatório 2020*. https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf
- Federação Nacional dos Jornalistas. (2022). *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: Relatório 2021*. <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relatório-da-Violência-Contra-Jornalistas-eLiberdade-de-Imprensa-2021.pdf>
- Federação Nacional dos Jornalistas. (2023). *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: Relatório 2022*. <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-2022.pdf>
- Federação Nacional dos Jornalistas. (2024). *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: Relatório 2023*. <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Relato%CC%81rio-da-Viole%CC%82ncia-2023.pdf>
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva* (Coletivo Sycorax, Trad.). Elefante. (Trabalho original publicado em 2004)
- Figaro, R., Marques, A. F., Camargo, C. A., Rebechi, C. N., Oliveira, D. F., Kinoshita, J. O., Barros, J. V., Moliani, J. A., Silva, N. R., & Santana, Y. A. (2021). Os comunicadores no contexto de um ano da pandemia de COVID-19. *Líbero*, (49), 61–89.
- Figaro, R., Nonato, C., & Grohmann, R. (2013). *As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas*. Atlas.
- Gago, V. (2018). *A razão neoliberal: Economias barrocas e pragmática popular*. Elefante.
- Gollmitzer, M. (2019). Employment conditions in journalism. In *Oxford research encyclopedia of communication* (pp. 1–28). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.805>
- Guilhermano, L., & Fonseca, V. P. S. (2021). Rotinas intensas e sofrimento na formação da identidade profissional: Um estudo com jornalistas que vivenciaram a transição para o período pós-industrial. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 23(1), 161–170. <https://doi.org/10.4013/fem.2021.231.13>
- Heloani, R. (2003). *Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista (Relatório de pesquisa nº 12/2003)*. EAESP/FGV/NPP.

- Heloani, R. (2006). O trabalho do jornalista: Estresse e qualidade de vida. *Revista Interações*, 12(22), 171–198.
- Hirata, H. (2011). Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. *Caderno CRH*, 24(1), 13–20. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v24i1.19218>
- Iesue, L., Hughes, S., Moreira, S. V., & Sousa, M. (2021). Risk, victimization and coping strategies of journalists in Mexico and Brazil. *Sur le Journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo*, 10(1), 62–81. <https://doi.org/10.25200/SJ.v10.n1.2021.454>
- International Labour Organization, & Özyeğin University. (2024). *Perceptions and experiences of workplace violence and harassment research report*. International Labour Organization.
- Kikuti Dancosky, A. (2023). *Risco biográfico e trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil: Uma análise longitudinal feminista de 3 mil currículos do LinkedIn* [Tese de doutoramento, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/257886>
- Kikuti Dancosky, A., Rocha, P. M., & Mick, J. (2022). Masculização e desfeminização no jornalismo em crise no Brasil (2012-2017). *Estudos Feministas*, 30(2), 1–16. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n275032>
- Lelo, T. V. (2019). *Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: Precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional* [Tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas].
- Lima, S. P. (2018, 7–9 de novembro). *Os impactos do mercado jornalístico na vida dos trabalhadores: Um estudo sobre indicadores de saúde dos jornalistas brasileiros* [Apresentação de comunicação]. 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo, Brasil.
- Lima, S. P., Mick, J., Nicoletti, J., Barros, J. V., Paes Henriques, R., Moliani, J. A., Patrício, E., Pereira, F. H., Zacariotti, M., Santiago, A., Marciano, C., Peixoto, C., Mallmann, J. P., Bezerra, K., Furtado, K. W. K., & Nava, M. (2022). *Perfil do jornalista brasileiro 2021: Características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*. Quórum Comunicações. <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>
- Mazotte, N., & Toste, V. (2017). *Mulheres no jornalismo brasileiro*. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo; Gênero e Número. http://mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf
- Mick, J., & Lima, S. (2013). *Perfil do jornalista brasileiro: Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Insular.
- Moura, D. O., Rocha, P. M., Damian-Gaillard, B., & Le Cam, F. (2018). Gender intersectionality and horizontal and vertical concentration of women journalists in Brazil, France, and Belgic Francophone's journalism. An introduction to the question. In *Brazil-France-Francophone Belgium journalism research conference: The sociocultural frontiers of journalism in Brazil and in Francophone space* (pp. 1–11). SBPJor.
- Moura, D. O., & Santos, D. S. (Eds.). (2022). *Vá no seu tempo e vá até o final: Mulheres negras cotistas no marco dos 60 anos da UnB*. Editora UnB. <https://doi.org/10.26512/9786558461210>
- Nicoletti, J. (2020). *Precarização e qualidade no jornalismo: Condições de trabalho e seus impactos na notícia*. Insular.
- Nicoletti, J., & Figaro, R. (2024). Platform economy and journalism: Another side to the precarious labor environment in Brazil. *Observatorio (OBS*)*, 17(5), 154–169. <https://doi.org/10.15847/obsOBS17520232423>
- Örnebring, H. (2018). Journalists thinking about precarity: Making sense of the ‘new normal’. *International Symposium Online Journalism*, 8(1), 109–126.
- Pontes, F. S. (2017). Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: O perfil das jornalistas brasileiras. *E-Compós*, 20(1), 1–15. <https://doi.org/10.30962/ec.1310>

- Posetti, J., & Shabbir, N. (2022). *The chilling: A global study of online violence against women journalists*. ICFJ. https://www.icfj.org/sites/default/files/2023-02/ICFJ%20Unesco_TheChilling_OnlineViolence.pdf
- Quintanilha, T. L. (2023). Uma nova forma de precariedade (da prática)? A descompetencialização profissional no centro do sequestro da qualidade no jornalismo. *Comunicação e Sociedade*, 44, Artigo eo23019. [https://doi.org/10.17231/comsoc.44\(2023\).4622](https://doi.org/10.17231/comsoc.44(2023).4622)
- Reimberg, C. O. (2015). *O exercício da atividade jornalística na visão dos profissionais: Sofrimento e prazer na perspectiva teórica da psicodinâmica do trabalho* [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. <https://doi.org/10.11606/T.27.2015.tde-26062015-161358>
- Rick, J. (2024). Acutely precarious? Detecting objective precarity in journalism. *Digital Journalism*, 13(3), 542–561. <https://doi.org/10.1080/21670811.2023.2294995>
- Rocha, P. M. (2019). *A feminização no jornalismo como uma categoria de análise em construção: Transformações no mercado de trabalho, dissimetrias estruturais e conquistas* [Monografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa].
- Sennett, R. (2015). *A corrosão do caráter: As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (M. Santarrita, Trad.). Record. (Trabalho original publicado em 1998)
- Slavtcheva-Petkova, V., Ramaprasad, J., Springer, N., Hughes, S., Hanitzsch, T., Hamada, B., Hoxha, A., & Steindl, N. (2023). Conceptualizing journalists' safety around the globe. *Digital Journalism*, 11(7), 1211–1229. <https://doi.org/10.1080/21670811.2022.2162429>
- Standing, G. (2014). *O precariado. A nova classe perigosa* (C. Antunes, Trad.). Autêntica. (Trabalho original publicado em 2011)
- Steiner, L. (2017). Gender and journalism. In *Oxford research encyclopedia of communication* (pp. 1–21). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.91>
- Steiner, L., & Chadha, K. (2022). Introduction: Global precarity's uneven impacts on journalism. In K. Chadha & L. Steiner (Eds.), *Newswork and precarity* (pp. 1–12). Routledge.
- Veiga da Silva, M. (2014). *Masculino, o gênero do jornalismo: Modos de produção das notícias*. Insular.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Janara Nicoletti é professora e investigadora no Departamento de Ciências da Comunicação, da Universidade de Siegen. Tem mestrado e doutoramento em Jornalismo (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina). Investiga tópicos ligados às condições de trabalho dos jornalistas, à violência contra a imprensa e à qualidade da notícia. É a vencedora do Prêmio Adelmo Genro Filho de melhor tese 2020, concedido pela Associação Brasileira de Investigadores em Jornalismo; é bolsista de investigação do Instituto Erich Brost de Jornalismo Internacional da Universidade Técnica de Dortmund, colíder da regional América Latina e Caribe da Journalism Safety Research Network e pesquisadora associada ao Observatório da Ética Jornalística da Universidade Federal de Santa Catarina e Rede Trabalho e Identidade no Jornalismo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3261-6083>

Email: janarant@gmail.com

Morada: Philosophische Fakultät, Medienwissenschaft - Digital Media and Methods, Herrengarten 3, room AH-A 128, 57072, Siegen, Germany

Andressa Kikuti-Dancosky é professora do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. É doutora e pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da mesma instituição. Atualmente, investiga trajetórias profissionais de jornalistas e jornalismo local ao serviço dos públicos, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Recebeu menção honrosa no Prêmio Adelmo Genro Filho de melhor tese em 2024, concedido pela Associação Brasileira de Investigadores em Jornalismo. É pesquisadora associada à Rede de Pesquisa Trabalho e Identidade do Jornalismo.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9486-8465>

Email: andressakikuti@gmail.com

Morada: Departamento de Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário Trindade, Bloco A, sala 146, CEP 88040-900, Florianópolis (SC), Brasil

Jacques Mick é professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua nos programas de pós-graduação em Jornalismo e Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. É pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e líder do grupo de pesquisa Transformações Estruturais no Jornalismo. É pró-reitor de Pesquisa e Inovação da Universidade Federal de Santa Catarina desde 2022.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8456-9488>

Email: jacques.mick@ufsc.br

Morada: Departamento de Sociologia e Ciência Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Rua Roberto Sampaio Gonzaga, s/n, Bloco C, sala 12B, CEP 88040-900, Florianópolis (SC), Brasil

Submetido: 14/04/2025 | Aceite: 21/01/2026



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.